

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Nº 1-05/24

Data-base: 1º/TRIM/24



CONSULT AUDITORES

Curitiba, 23 de maio de 2024

Aos
Diretores e Administradores da
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
Rio de Janeiro - RJ

CONFIDENCIAL

Prezados Senhores,

Em cumprimento às obrigações estabelecidas em nosso contrato de prestação de serviços de auditoria, apresentamos o Relatório dos Auditores Independentes sobre a revisão das informações contábeis intermediárias do 1º/TRIM/2024.

PAULO SERGIO DA
SILVA:67269052972
972
Paulo Sergio da Silva
SÓCIO DE AUDITORIA

Assinado de forma digital por PAULO SERGIO DA SILVA:67269052972
Dados: 2024.06.21 09:18:50 -03'00'



CONSULT AUDITORES

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais)

Aos Diretores e Administradores da
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO ("Companhia"), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalvas sobre as informações contábeis intermediárias

Depósitos vinculados a ações judiciais/administrativas

Com base nas informações apresentadas pela Administração, o saldo de depósitos vinculados a ações judiciais/administrativas que em 31 de março de 2024 é de R\$ 623.528 mil (R\$ 602.912 mil em 31 de dezembro de 2023), conforme nota explicativa



CONSULT AUDITORES

nº 9, está em processo de reconciliação com a respectiva documentação suporte e os extratos das instituições financeiras depositárias. Em face da apresentação de divergência ainda não conciliada, não foi possível nas circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos alternativos de auditoria, concluir sobre a adequação do referido saldo, bem como os possíveis reflexos no resultado em 31 de março de 2024.

Provisões para passivos contingentes trabalhistas

Conforme descrito na nota explicativa nº 17, a Companhia possui registrado na rubrica de provisão para passivos contingentes o montante de R\$ 144.330 mil em 31 de março de 2024 (R\$ 107.710 mil em 31 de dezembro de 2023) referente à ações trabalhistas. Nossos procedimentos de auditoria revelaram diversas inconsistências nos critérios de reconhecimento destes processos judiciais, bem como nos controles internos e nas bases de mensuração aplicáveis à constituição dos passivos contingentes trabalhistas. Consequentemente, não foi possível, diante das circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos alternativos de auditoria, concluir sobre a adequação do saldo da provisão para contingências trabalhistas, bem como os possíveis reflexos no resultado e efeitos tributários em 31 de março de 2024.

Transações com o Tesouro Nacional – Contratos de Cessão de Créditos

Conforme nota explicativa nº 26, a Companhia, no exercício de 1998, transferiu para a União os direitos de créditos decorrentes de um contrato de arrendamento assinado com a Sepetiba Tecon S.A., com vencimento em OUT/2025, sendo que o saldo a vencer em 31 de março de 2024 era de aproximadamente R\$ 82.559 mil (R\$ 90.400 mil em 31 de dezembro de 2023). Nossos procedimentos de auditoria revelaram inconsistências nos critérios de reconhecimento do passivo obrigacional e do impacto no resultado do exercício corrente, relacionado às antecipações recebidas por conta de tal cliente, em face dos direitos creditórios cedidos.

Conclusão com ressalvas sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, com exceção dos assuntos descritos nos parágrafos anteriores, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo naquela data, de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Evento Subsequente – Autocomposição CDRJ x Município do Rio de Janeiro

Conforme apresentado na nota nº 28, a Companhia aprovou em 27/DEZ/23, por meio da deliberação nº 196/2023/CONSAD/CDRJ do Conselho de Administração, o



CONSULT AUDITORES

encontro de contas de valores devidos pelo Município do Rio de Janeiro, bem como dos valores devidos pela CDRJ, a título de ISS. A assinatura foi realizada no mês de janeiro de 2024 por meio de instrumento de autocomposição celebrado entre a Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) e o Município do Rio de Janeiro, com interveniência da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (CCPAR) e na presente data, a Administração aguarda as quatro sentenças homologatórias, extinguindo os débitos das execuções fiscais, para realizar os registros contábeis inerentes a operação.

Avaliação da mensuração da obrigação atuarial de benefício pós emprego de plano de pensão com benefício definido

Conforme apresentado na nota nº 16, na determinação da mensuração das obrigações de benefícios pós-emprego a empregados (plano de pensão com benefício definido e outros), são utilizadas diversas premissas atuariais sensíveis e valor justo dos ativos do plano, o que, devido ao grau de julgamento inerente ao processo de determinação destas premissas, deve ser enfatizado que alterações nas premissas podem resultar em impactos relevantes nas obrigações relacionadas ao plano de benefício definido.

Outros Assuntos

Demonstração Intermediária do Valor Adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 23 de maio de 2024.

PAULO SERGIO DA SILVA:6726905297
2
Assinado de forma digital por PAULO SERGIO DA SILVA:67269052972
Dados: 2024.06.21 09:19:46 -03'00'

Paulo Sergio da Silva
Contador CRCPR Nº 029.121/O-0 S-RJ

MARLOS NANONI REINERT:03093836921
6921
Assinado de forma digital por MARLOS NANONI REINERT:03093836921
Dados: 2024.06.21 09:12:37 -03'00'

Marlos Nanoni Reinert
Contador CRCPR Nº 050.998/O-9 S-RJ

CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/PR Nº 2906/O-5

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/03/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	303.699	310.909
Contas a receber de clientes	5	68.202	16.902
Créditos fiscais	6	4.150	4.035
Valores a receber	7	6.417	7.645
Outros ativos	8	2.088	618
		384.556	340.109
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Valores a receber	7	647	1.244
Depósitos judiciais	9	623.528	602.912
Créditos fiscais	6	68.227	66.542
Outros ativos	8	59.478	59.478
		751.880	730.176
Propriedade para investimento	10	10.285	10.285
Imobilizado	11	859.841	829.936
		1.622.006	1.570.397
Total do ativo		2.006.562	1.910.507

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Nota	31/03/2024	31/12/2023
Passivo circulante			
Fornecedores	12	28.839	39.420
Obrigações trabalhistas e assistenciais	13	25.948	17.916
Obrigações tributárias	14	188.424	204.783
Obrigações contratuais	15	21.731	20.356
Benefícios pós emprego	16	24.971	24.998
		289.913	307.473
Passivo não circulante			
Obrigações tributárias	14	441.286	430.116
Benefícios pós emprego	16	246.116	267.720
Provisão para contingências	17	2.272.498	2.231.226
Adiant. futuro aumento de capital	18	366.916	359.506
		3.326.816	3.288.568
Patrimônio líquido			
Capital social	19	2.162.322	2.162.322
Outros resultados abrangentes		86.254	65.952
Prejuízos acumulados		(3.858.743)	(3.913.808)
		(1.610.167)	(1.685.534)
Total do passivo		2.006.562	1.910.507

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Operações continuadas			
Receita operacional líquida	20	256.049	159.956
Custos da operação	21	(40.826)	(38.066)
Lucro bruto		215.223	121.890
Resultado operacional			
Despesas gerais e administrativas	22	(45.017)	(57.600)
Depreciação		(6.586)	(6.324)
Provisões contábeis líquidas	23	(67.120)	(91.945)
Outras receitas operacionais		4.683	11.501
Outras despesas operacionais		-	(61)
		(114.040)	(144.429)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		101.183	(22.539)
Resultado financeiro			
Resultado financeiro líquido	24	(11.939)	(16.946)
Resultado antes dos tributos		89.244	(39.485)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro			
Imposto de renda	25	(25.130)	(9.023)
Contribuição social	25	(9.049)	(3.251)
		(34.179)	(12.274)
Resultado do exercício		55.065	(51.759)
Quantidade de Ações		1.076.487.907	1.222.461.484
Lucro (prejuízo) por milhares de ações do Capital Social		0,05	(0,04)

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de Reais)

	31/03/2024	31/03/2023
Resultado líquido do período	55.065	(51.759)
Outros resultados abrangentes	20.302	77.309
Ganhos (perdas) atuariais em planos de pensão	20.302	77.309
Resultado abrangente do período	75.367	25.550

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 01/01/2024 A 31/03/2024

Descrição	Capital Social	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.162.322	65.952	(3.913.808)	(1.685.534)
Ganhos (perdas) atuariais em planos de pensão	-	20.302	-	20.302
Resultado do exercício	-	-	55.065	55.065
Saldos em 31 de março de 2024	2.162.322	86.254	(3.858.743)	(1.610.167)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 01/01/2023 A 31/12/2023

Descrição	Capital Social	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.455.537	80.112	(3.470.938)	(935.289)
Redução de capital	(293.215)	-	-	(293.215)
Ganhos (perdas) atuariais em planos de pensão	-	(14.160)	-	(14.160)
Resultado do exercício	-	-	(442.870)	(442.870)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.162.322	65.952	(3.913.808)	(1.685.534)

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

	31/03/2024	31/03/2023
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxo da atividade principal		
Resultado do exercício	55.065	(51.759)
(+)/ (-) Ganhos (perdas) atuariais em planos de pensão	20.302	(2.803)
(+) Depreciação e amortização	15.306	16.214
(+) Baixas do imobilizado e propriedades para investimento	1.581	61
(+) Variação monetária de créditos de acionistas	7.410	8.119
(+) Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(4.178)	-
(+) Provisão para contingências	41.272	62.414
(+)/ (-) Benefícios pós emprego	(21.630)	1.643
Resultado ajustado	115.128	33.889
Variações no ativo		
Contas a receber	(47.122)	3.633
Créditos fiscais	(1.802)	(9.978)
Valores a receber	1.825	2.191
Depósitos judiciais	(20.615)	18.450
Outros ativos	(1.470)	(1.817)
Variações no passivo		
Fornecedores	(10.579)	(14.368)
Obrigações trabalhistas e assistenciais	8.032	2.649
Obrigações tributárias	(5.189)	(25.792)
Obrigações contratuais	1.375	3.050
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	39.583	11.907
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	(46.793)	(18.939)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(46.793)	(18.939)
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	(7.210)	(7.032)
Caixa e equivalentes no início do período	310.909	279.714
Caixa e equivalentes no fim do período	303.699	272.682

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de Reais)

	31/03/2024	31/03/2023
Receitas	265.429	162.645
Tarifas portuárias	41.061	33.958
Arrendamentos operacionais e aluguéis	219.610	130.540
Provisão para perdas estimadas	-	(3.137)
Reversão de provisões	4.758	1.284
Insumos adquiridos de terceiros	(79.892)	(101.166)
Materiais, água, energia e serviços de terceiros	(6.646)	(10.471)
Despesas judiciais e provisões para riscos judiciais	(70.346)	(88.044)
Outros custos	(2.900)	(2.651)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	185.537	61.479
Depreciação e amortização	(16.888)	(16.214)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	168.649	45.265
Valor adicionado recebido em transferência	12.491	19.695
Receitas financeiras	12.431	12.797
Outras	60	6.898
Valor adicionado a distribuir	181.140	64.960
Distribuição do valor adicionado	181.140	64.960
Pessoal	65.435	55.720
Remuneração direta (ativos, cedidos e estagiários)	38.568	33.325
Benefícios	10.326	7.497
Benefícios pós-emprego	(1)	5
FGTS	2.982	2.542
INSS	9.252	8.393
Provisões	4.121	3.808
Honorários da diretoria, CONSAD e CONFIS	187	150
Tributos	34.761	13.384
Federais	34.757	13.020
Estaduais	-	-
Municipais	4	364
Remuneração de capitais de terceiros	25.879	47.615
Despesas financeiras	24.371	29.744
Contratos	1.508	17.871
Resultado do exercício	55.065	(51.759)

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais

1 – Contexto operacional

A Companhia Docas do Rio de Janeiro, doravante denominada “PortosRio” ou “Companhia”, com sede na Rua Dom Gerardo, 35 Sala 1001, Centro – Rio de Janeiro – RJ, é uma empresa pública, cuja criação foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 794 de 27 de agosto de 1969, constituída sob a forma de sociedade anônima, vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações, Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e, no que lhe for aplicável, pela Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. A Companhia tem por objeto social realizar, direta ou indiretamente, em harmonia com os planos e programas do Ministério de Portos e Aeroportos, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Rio de Janeiro.

1.1 Continuidade operacional

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas operações.

Conforme apresentado nos relatórios, a Companhia incorreu, no período findo em 31 de março de 2024, em lucro no montante de R\$ 55.065 mil (prejuízo de R\$ 51.759 mil no período findo em 31 de março de 2023).

Embora a Companhia possua natureza jurídica de empresa pública não sujeita às regras de falência e recuperação de empresas, as suas atividades passaram por um processo de reestruturação operacional e financeira, por meio do qual a Administração tomou medidas que visam o equacionamento dos resultados, otimização de custos e despesas com o objetivo de alcançar o equilíbrio do capital circulante líquido e recuperar a lucratividade das operações.

2 – Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia Docas do Rio de Janeiro, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

3 – Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis estão definidas abaixo e estão detalhadas em notas explicativas específicas.

3.1 Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência entre exercícios, sendo que a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços (tarifas portuárias) e arrendamento de áreas portuárias, apresentada líquida dos impostos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e quando seja provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e, ainda, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes incluem dinheiro em caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de risco insignificante de mudança de valor e de alta liquidez.

3.3 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e recebíveis. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e valores a receber.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como

mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

c) Baixa

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro, por força de um acordo de “repasse”;
- A Companhia transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo;
- A Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrida) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia.

(iii) Passivos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados na categoria de empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, obrigações contratuais e outras contas a pagar.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

c) Baixa

Um passivo financeiro é baixado quando:

- A obrigação é revogada, cancelada ou quando expirar;
- Quando for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes;
- Quando os termos de um passivo existente forem significativamente de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes referem-se aos recebíveis do ativo circulante, sendo os valores faturados correspondentes ao preço da tarifa vigente na data da prestação dos serviços e, no caso de arrendamento de áreas, pelos valores contratados. No saldo de contas a receber estão incluídos todos os serviços prestados e todas as receitas com arrendamentos até a data do encerramento do período.

Reconhecimento das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Do total de contas a receber, a Companhia deduz as perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD) correspondendo à diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O prazo médio de recebimento das contas a receber é de 30 dias, prazo considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes às operações da Companhia. As PECLD's são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização destes créditos.

3.5 Créditos fiscais

Correspondem aos saldos credores de Pasep, Cofins, Imposto de Renda e Contribuição Social

a serem utilizados para futuras compensações, além do imposto de renda sobre aplicações financeiras.

3.6 Depósitos judiciais

Correspondem a valores bloqueados e valores dados em garantia em processos de cobrança, os quais a Companhia mantém discussão judicial acerca dos valores envolvidos e sua exigibilidade.

3.7 Propriedade para investimento

Propriedades mantidas para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital e não para venda no curso normal dos negócios, fornecimento de serviços ou para propósitos administrativos. As propriedades são mensuradas pelo custo no reconhecimento inicial.

3.8 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionados os juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação.

a) Teste de recuperabilidade – Impairment

Estudos externos provaram a recuperabilidade de todos os ativos das quatro unidades geradoras de caixa: UGC Porto do Rio de Janeiro, UGC Porto de Itaguaí, UGC Porto de Niterói e UGC Porto de Angra dos Reis. Estes provaram também que não houve indícios de perda por desvalorização.

b) Vida útil

A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens.

O Imobilizado está segregado nos seguintes grupos, segundo o Manual de Contas das Autoridades Portuárias, instituído pela Portaria nº 57, de 8 de março de 2016, da ANTAQ, e possui as seguintes taxas anuais de depreciação:

Bens em operação			
Contas	Taxas anuais	Contas	Taxas anuais
Dragagem	Entre 10% e 20%	Pátios	Entre 4% e 10%
Sinalização	Entre 10% e 20%	Armazéns	4%
Proteção marítima	2%	Silo	4%
Berço e cais	Entre 2% e 4%	Guindaste	4%
Estacionamento	4%	Ship Loader	5%
Vias internas	4%	Empilhadeira	5%
Linha férrea	4%		

Bens da administração			
Contas	Taxas anuais	Contas	Taxas anuais
Terrenos	Não deprecia	Equip. de informática	Entre 10% e 20%
Edificações	Entre 4% e 5%	Sistemas aplicativos	Entre 10% e 50%
Instalações	Entre 2% e 10%	Mobiliário	Entre 3% e 20%
Máquinas e equipamentos	Entre 10% e 20%	Veículos	12%

Bens em operação: registram os itens de propriedade da Companhia que são utilizados nas atividades operacionais.

Bens da administração: registram os itens utilizados na atividade administrativa.

Imobilizado em andamento: registram os itens que ainda estão operando.

3.9 Fornecedores e prestadores de serviços

As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso das atividades operacionais e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado.

3.10 Obrigações trabalhistas, assistenciais, tributárias e contratuais

As obrigações trabalhistas, assistenciais, tributárias e contratuais foram atualizadas até a data do balanço.

3.11 Benefícios pós emprego

Os benefícios concedidos a empregados e seus beneficiários, em especial os planos de aposentadoria e pensão junto ao PORTUS – Instituto de Seguridade Social, decorrem de termos de confissões de dívidas e de cálculos atuariais.

3.12 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos e são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e é efetuado o seu reconhecimento.

Os passivos contingentes são reconhecidos quando são considerados como de perda provável

pela área jurídica da Companhia e divulgados em nota explicativa quando são classificados como de perda possível em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Para fins de apresentação das informações contábeis, a provisão não é demonstrada líquida dos depósitos judiciais.

3.13 Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa do imposto de renda e da contribuição social são apropriadas na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionadas com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas leis tributárias vigentes.

3.14 Tributos sobre receitas

As receitas tarifárias e de arrendamento de áreas estão sujeitas à incidência do Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente. Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade e os créditos decorrentes da não cumulatividade são apresentados como conta redutora da respectiva despesa que ensejou o crédito.

Sobre as receitas tarifárias há incidência do ISS – Imposto sobre Serviços a alíquota de 5%, apurado e recolhido para o município onde são prestados os serviços (Itaguaí).

3.15 Receita operacional

A receita é mensurada quando seu valor pode ser mensurado de maneira confiável, sendo provável que os benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados e os riscos e benefícios foram transferidos e assumidos pelo tomador do serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

a) Tarifas portuárias

As receitas tarifárias são registradas com base na utilização de cais público, por atracação de navios de carga e passageiros, movimentação de cargas e passageiros, fundeio, utilização do canal de acesso aquaviário, utilização de estrutura terrestre, armazenagem e utilização de equipamentos. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios inerentes aos serviços foram transferidos para o usuário, sendo provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade.

b) Receitas de arrendamento

As receitas de arrendamento são registradas com base em contratos de arrendamento operacionais de áreas primárias dos portos e são calculadas por meio da movimentação de carga e de passageiros e do preço do arrendamento, cobrado independentemente da movimentação, conforme a particularidade de cada contrato. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente acerca da remuneração do contrato e da movimentação, atestada pela fiscalização dos contratos.

c) Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos e/ou os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receitas financeiras, da demonstração de resultado.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de contrato com cliente, a receita é reconhecida à medida em que seja altamente provável que não ocorra uma reversão significativa de valor da receita acumulada.

4 – Caixa e equivalentes de caixa

Representam depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez (Operações Compromissadas – CAC), vencíveis em até doze meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

	31/03/2024	31/12/2023
Saldo Banco do Brasil	230	87
Investimentos em renda fixa	303.469	310.822
Totais	303.699	310.909

5 – Contas a receber de clientes

As contas a receber a vencer são realizáveis no prazo médio de 30 dias, não sendo relevante o ajuste ao valor presente. Os valores registrados são:

	31/03/2024			31/12/2023		
	Bruto	(PECLD)	Líquido	Bruto	(PECLD)	Líquido
Porto do Rio	230.392	(176.383)	54.009	191.506	(178.576)	12.930
Porto de Itaguaí	12.927	(56)	12.871	3.276	(167)	3.109
Porto de Niterói	4.646	(3.827)	819	4.903	(4.056)	847
Porto de Angra	534	(31)	503	1.691	(1.675)	16
Totais	248.499	(180.297)	68.202	201.376	(184.474)	16.902

O aumento no grupo de contas a receber de clientes está vinculado com a emissão de faturas visando a cobrança da movimentação mínima contratual – MMC, relativas ao não atingimento das metas estabelecidas para o exercício de 2023, as quais foram recebidas durante o mês de abril de 2024.

Abaixo, segue a movimentação das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD):

Movimentação da PECLD	31/03/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(184.474)	(183.189)
(+) Adições	-	(8.068)
(-) Reversões	4.177	6.783
Saldo final	(180.297)	(184.474)

6 – Créditos fiscais

O detalhamento dos créditos tributários está composto abaixo:

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Imposto de Renda	2.263	2.110	52.455	51.160
Contribuição Social	60	-	15.772	15.382
Pasep	440	457	-	-
Cofins	1.387	1.468	-	-
Totais	4.150	4.035	68.227	66.542

Os valores no ativo circulante referem-se a créditos de Imposto de Renda, Contribuição Social, Pasep e Cofins, bem como do Imposto de Renda sobre rendimentos de aplicações financeiras.

Os montantes registrados no ativo não circulante são relativos ao saldo negativo de Imposto de Renda e de Contribuição Social, referente aos exercícios de 2021 e 2022, os quais vem sendo atualizados pela taxa Selic.

7 – Valores a receber

Os grupos valores a receber, do ativo circulante e do ativo não circulante, estão compostos da seguinte maneira:

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Acordos – créditos a receber	3.490	5.360	647	1.244
Empregados cedidos a outros órgãos	2.516	1.874	-	-
Outros valores a receber	411	411	-	-
Totais	6.417	7.645	647	1.244

Acordos – créditos a receber: compreende o saldo de acordos de confissão de dívidas firmados com clientes, sendo os mais relevantes: Triunfo Logística, Pennant Serviços Marítimos e Prestomar Serviços Marítimos.

Empregados cedidos a outros órgãos: compreende o saldo a receber referente às cessões onerosas de empregados do quadro da Companhia a diversos órgãos e entidades públicos. Atualmente, os órgãos cessionários são: Advocacia Geral da União – AGU, Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, Ministério de Portos e Aeroportos – MPA e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. A variação indica o recebimento de títulos em atraso.

8 – Outros ativos

Os grupos outros ativos, do ativo circulante e do ativo não circulante, estão compostos da seguinte maneira:

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Despesas antecipadas	425	547	-	-
Adiantamentos	1.600	9	-	-
Crédito com o Museu do Amanhã	-	-	17.780	17.780
Títulos em cobrança judicial	-	-	68.381	68.381
Outros valores	63	62	423	423
(PECLD)	-	-	(27.106)	(27.106)
Totais	2.088	618	59.478	59.478

Compõem as **Despesas Antecipadas** os seguros, o vale transporte e o IPTU.

O grupo dos **Adiantamentos** é formado pelo 13º salário, férias e pelo adiantamento para suprimento de fundos.

O **Crédito com o Museu do Amanhã** decorre do contrato de concessão de direito real de uso nº 004/2010, firmado com o Município do Rio de Janeiro, no qual a Companhia concedeu o Molhe Oscar Weinschenck, conhecido como Píer Mauá, para a construção do museu.

Os valores classificados na conta **Títulos em Cobrança Judicial** representam as seguintes ações:

- 0019289-69.2004.8.19.0002 – Município de Niterói – Ação de despejo
- 5001047-89.2018.4.02.5111 – Prefeitura de Angra dos Reis – Desapropriação
- 5036374-91.2019.4.02.5101 – Trans Vigo Serviços Marítimos – Cobrança
- 5098089-37.2019.4.02.5101 – Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região Portuária – Cobrança
- 5054112-24.2021.4.02.5101 – Ponto Filmes – Ação de despejo com cobrança

O valor de R\$ 59.055 mil, relativo à Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região Portuária – CDURP, foi reclassificado da rubrica valores a receber, no 2º trimestre de 2023. Quando do

encerramento do exercício de 2023, cabe destacar que considerando que o Ente Federativo se encontrava inadimplente, o saldo devedor foi objeto de encontro de contas, aprovado pela Diretoria Executiva, em sua 2643ª reunião, de 19 de dezembro de 2023, e aprovado pelo Conselho de Administração, por meio da Deliberação nº 196/2023/CONSAD/CDRJ, em sua 865ª reunião, de 27 de dezembro de 2023. O referido encontro de contas foi assinado no mês de janeiro de 2024.

A Companhia constituiu PECLD para o crédito do Museu do Amanhã e todos os valores em cobrança judicial, exceto quanto à CDURP, visto que foi assinado um encontro de contas entre o Município do Rio de Janeiro e a Companhia, contudo, ainda está aguardando as sentenças homologatórias das dívidas de execução fiscal do ISS para os registros contábeis.

9 – Depósitos judiciais

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios. Os valores dos depósitos judiciais visam garantir o recurso da sentença judicial. A natureza dos depósitos está segregada abaixo:

	31/03/2024	31/12/2023
Ações judiciais – leasing	247.542	247.436
Bloqueios em conta corrente	172.811	173.750
Ações judiciais - Portus	33.596	26.167
Recursos interpostos	18.818	18.340
Ações judiciais – VPNI	2.769	2.769
Ações judiciais - impostos federais	11.973	-
Outras ações judiciais	136.019	134.450
Totais	623.528	602.912

Ações judiciais – leasing: são valores de penhoras na receita da Companhia para garantia dos seguintes processos:

0190316-36.1998.8.19.0001 – 11ª Vara Cível do Rio de Janeiro

0102697-82.2009.8.19.0001 – 19ª Vara Cível do Rio de Janeiro

0044608-27.1994.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

0005985-83.1997.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

Bloqueios em conta corrente: são relativos a diversas ações trabalhistas, cíveis e tributárias, com pedido de penhora judicial nas contas bancárias em que a Companhia possui junto ao Banco do Brasil, e na Caixa Econômica Federal.

Ações judiciais – Portus: são referentes a depósitos judiciais, nos autos dos seguintes processos: 0105594-59.2004.8.19.0001, da 21ª Vara Cível do Rio de Janeiro, e 0002173-66.2013.8.19.0024, da 1ª Vara Cível da Comarca de Itaguaí.

Recursos interpostos: registra os pagamentos de interposição de recursos ordinários, embargos de declaração, recurso de revista, agravo de instrumento, agravo interno e demais medidas jurídicas de interesse da Companhia.

Ações judiciais – VPNI: compreendem os depósitos judiciais no processo 0100626-70.2017.5.01.0004, em trâmite na 4ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, relativo à rubrica salarial denominada VPNI – Vantagem Pessoal Nominal Individual. A Companhia obteve decisão favorável quanto à extinção da ação e a consequente liberação de grande parte dos recursos bloqueados durante o exercício de 2023.

Ações judiciais – impostos federais: são valores relativos ao IRPJ, PIS e Cofins, os quais estão sendo discutidos judicialmente, no qual visa a imunidade tributária do IRPJ, bem como o enquadramento do PIS e Cofins no regime cumulativo. Os depósitos se iniciaram no mês de competência de fevereiro de 2024.

Outras ações judiciais: compreendem os depósitos judiciais nos demais processos cíveis, trabalhistas e tributários.

10 – Propriedade para investimento

Trata-se de 48 (quarenta e oito) itens patrimoniais distribuídos entre 30 (trinta) imóveis externos (edificações e terrenos) de propriedade da Companhia, mantidos para auferir aluguel ou para valorização de capital ou para ambas, registrados pelo valor de aquisição (custo histórico).

Segundo laudos de determinação de valor de mercado, observados os métodos de análise e de avaliação empregados, com considerações feitas aos bens em estudo quanto às suas características, estado de conservação e manutenção, os imóveis registrados em Propriedade para investimento foram avaliados em R\$ 1.558.858 mil (R\$ 1.166.501 mil em 2022).

11 – Imobilizado

O ativo imobilizado está assim composto:

Bens	Valor contábil em 01/01/2024			Movimentação janeiro a março de 2024				Líquido
	Bruto	Dep.	Líquido	Adições	Baixas	Transf.	Dep.	
Operação	934.310	(383.116)	551.194	571	(1.582)	1.902	(14.442)	537.643
Administração	182.777	(55.585)	127.192	839	-	-	(864)	127.167
Andamento	151.550	-	151.550	45.383	-	(1.902)	-	195.031
Totais	1.268.637	(438.701)	829.936	46.793	(1.582)	-	(15.306)	859.841

O imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionados os juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação.

As adições no grupo Obras em Andamento são referentes ao contrato 06/2022 – obras de ampliação e modernização do Cais da Gamboa, firmado com o Consórcio Porto Rio 1, no valor global, em torno de R\$ 133.000 mil, bem como serviços de dragagem no Cais da Gamboa referente ao contrato 47/2022, no valor global em torno de R\$ 163.000 mil.

12 – Fornecedores

Trata-se do saldo (a vencer) a pagar aos fornecedores de bens e serviços, bem como outras contas a pagar tendo como prazo médio de pagamento de 30 (trinta) dias.

	31/03/2024	31/12/2023
Fornecedores	28.428	39.013
Outras contas a pagar	411	407
Totais	28.839	39.420

13 – Obrigações trabalhistas e assistenciais

O grupo contém as remunerações a empregados, diretores, conselheiros, membros do comitê de auditoria, estagiários e jovens aprendizes, com os respectivos encargos; os valores a serem recolhidos a título de pensão alimentícia; e as consignações descontadas em folha, tais como contribuição para sindicatos e associações de classe, empréstimos bancários, plano funeral, etc.

	31/03/2024	31/12/2023
Remunerações	6.168	892
Consignações	562	293
Mesada judicial	78	58
Provisões e encargos	19.140	16.673
Totais	25.948	17.916

A rubrica de remunerações aumentou em função da mudança do critério de pagamento dos salários, que na data-base de 31/12/2023 foi pago no mesmo mês de competência.

14 – Obrigações tributárias

As obrigações tributárias possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
IPTU	14.695	14.695	-	-
ISS	162	494	3.417	3.331
Parcelamentos	120.002	119.975	405.016	426.785
Pasep/Cofins	-	9.940	17.282	-
IR e CSLL	6.062	16.101	15.571	-
INSS/FGTS	7.048	6.521	-	-
Taxa de ocupação	34.169	33.322	-	-

Outros	6.286	3.735	-	-
Totais	188.424	204.783	441.286	430.116

O saldo de **IPTU** a recolher é referente a 109 (cento e nove) débitos inscritos em Dívida Ativa, do Município do Rio de Janeiro, relativos aos exercícios de 2008 a 2019.

O **ISS** registrado no passivo circulante refere-se ao valor mensal do tributo a ser recolhido ao Município de Itaguaí – RJ. O registrado no passivo não circulante é relativo à execução fiscal, também do Município de Itaguaí, em trâmite na 3ª Vara de Execução Fiscal do Rio de Janeiro, pelo não recolhimento do tributo no exercício de 2002.

Os **Parcelamentos** compreendem quatro modalidades do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, cuja adesão ocorreu em 14 de novembro de 2017, sendo: um parcelamento ordinário de débitos previdenciários, de 28 de maio de 2018; dois parcelamentos de Pasep e Cofins, aderidos em 13 de julho de 2018, e três acordos com a PGFN – Negócio Jurídico Processual, assinados em 29 de maio de 2019, 21 de outubro de 2020 e 29 de abril de 2021.

O grupo **Pasep/Cofins** representa contribuições correntes sobre o faturamento mensal, as quais, a partir da competência do mês de fevereiro de 2024 vêm sendo recolhidas judicialmente, dentro de seus respectivos vencimentos, conforme citado na nota explicativa nº 9.

O saldo de **IR e CSLL** compreende os valores do imposto de renda retido em folha de pagamento, além dos tributos apurados sobre o Lucro Real. Para o IRPJ, os valores vem sendo recolhidos judicialmente, por este motivo estão classificados no passivo não circulante, conforme citado na nota explicativa nº 9.

O grupo **INSS/FGTS** representa contribuições correntes sobre a folha de pagamento mensal, as quais vêm sendo recolhidas dentro de seus respectivos vencimentos.

A **Taxa de Ocupação** representa a cobrança da Secretaria de Patrimônio da União – SPU de taxas incidentes sobre os imóveis da Companhia, tais como taxa de ocupação e aforamento, relativas aos exercícios de 2018 e 2019.

15 – Obrigações contratuais

	Circulante	
	31/03/2024	31/12/2023
Adiantamento de clientes	7.717	7.788
Expansão Terminal 1	7.651	7.651
Outros	6.363	4.917
Totais	21.731	20.356

A **Expansão do Terminal 1** constitui obrigação assumida com o Grupo Libra, referente às obras de ampliação do cais da área arrendada (Terminal 1). As obras, por força do 12º (décimo-segundo) Termo Aditivo ao Contrato C-DEPJUR nº 010/98, assinado em 16 de setembro de 2011, eram de responsabilidade da Companhia, mas foram financiadas pela arrendatária. A Diretoria Executiva, em

sua 2098ª reunião, realizada em 7 de outubro de 2014, deliberou pelo ressarcimento das despesas à arrendatária.

A Companhia vinha, até o exercício de 2022, amortizando, mensalmente, o saldo devedor do contrato por meio de compensações com valores devidos pela ICTSI Rio Brasil, empresa sucessora, referentes às partes fixa e variável do arrendamento. Entretanto, o contrato foi encerrado em 16 de janeiro de 2023 com o saldo de R\$ 7.651 mil, não cobrado pela arrendatária por conta do pedido de recuperação judicial do Grupo Libra e pela discussão judicial de algumas faturas referentes à cobrança de movimentação mínima contratual.

16 – Benefícios pós emprego

A Companhia é patrocinadora de um plano de suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários. Este fundo, do tipo “benefício definido”, é administrado pelo Portus – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, fiscalizada pelo órgão de supervisão dos fundos de pensão – PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar vinculada ao Ministério da Fazenda.

A Companhia contribui com uma parcela mensal sobre a massa de salários dos empregados participantes, paritária aos valores por eles recolhidos.

O Portus está sob intervenção federal decretada pela Diretoria Colegiada da PREVIC, em 22 de agosto de 2011, por meio da Portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União 23 de agosto de 2011.

As contas possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Contribuições correntes	560	587	-	-
Termo de compromisso financeiro (i)	24.411	24.411	195.738	195.992
Déficit Atuarial	-	-	50.378	71.728
Totais	24.971	24.998	246.116	267.720

O déficit atuarial da Companhia, apontado no balanço patrimonial e nos quadros a seguir, de R\$ 270.527 mil (R\$ 292.131 mil em 31/12/2023), calculado segundo o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, está sendo equacionado conforme as regras estabelecidas no Termo de Compromisso Financeiro, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, em sua 742ª reunião, realizada em 10 de junho de 2020, com a supervisão da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

(i) A fim de equacionar a grave insuficiência patrimonial do PBP1, fechado para novas adesões desde 2011, foi ajustado entre os responsáveis do custeio do plano multipatrocinado pelas Companhias do sistema portuário e o Portus (Entidade Administradora) a adoção de estratégia previdencial própria, desenvolvida para buscar a solvência do PBP1.

Desta forma a Companhia (Patrocinadora) firmou o compromisso de arcar com os valores sob sua responsabilidade em razão da imposição legal de equacionar o resultado deficitário do PBP1, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 109/2001. Neste Termo de Compromisso Financeiro (TCF), considerando a metodologia de cálculo constante da estratégia previdencial desenvolvida para buscar a solvência do PBP1, a Companhia assumiu a responsabilidade de arcar com o valor de R\$ 203.276, apurado em 31 de dezembro de 2019, referente aos valores devidos ao Plano de Pensão - PBP1, a título de contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar.

O valor acima corrigido até a data da assinatura do termo passou a ser de R\$ 210.597. O saldo devedor está sendo liquidado em 180 (cento e oitenta) parcelas mensais e sucessivas, com amortização calculada pelo sistema Price, taxa de juros mensal de 0,39% (equivalente à taxa anual de 4,81%), acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Abaixo está demonstrado o saldo do Termo de Compromisso Financeiro após os registros contábeis acima mencionados:

TCF	31/03/2024	31/12/2023
Saldo inicial TCF	220.403	226.281
(-) Pagamentos	(3.697)	(14.056)
(+) Juros e atualização monetária	3.443	8.178
Saldo devedor remanescente	220.149	220.403
Circulante	24.411	24.411
Não circulante	195.738	195.992

17 – Provisão para contingências

A Companhia constitui provisões para processos trabalhistas, cíveis e tributários a valores considerados pela Superintendência Jurídica como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis e estão compostas da seguinte maneira:

	Saldo Inicial 01/01/2024	Condenações	Complemento	Reversão	Saldo Final 31/03/2024
Ações trabalhistas	107.710	(8.254)	44.874	-	144.330
Ações cíveis	1.561.276	-	4.652	-	1.565.928
Ações tributárias	562.240	-	-	-	562.240
Totais	2.231.226	(8.254)	49.526	-	2.272.498

Segundo informações da Superintendência Jurídica da Companhia, as provisões são reconhecidas tendo como base as opiniões dos advogados sobre o valor a ser desembolsado em cada ação, considerando a fase processual em que se encontram, levando em conta os valores depositados e cálculos homologados. Os valores foram atualizados pelos índices dos respectivos tribunais em que tramitam as ações, acrescidos de juros de mora, conforme legislação vigente.

Os processos classificados como perda remota foram calculados com base nos pedidos apresentados na inicial, considerando o baixo risco de condenação ou já garantidos em juízo. Aqueles considerados como perda possível tiveram seus valores definidos com base na fase de conhecimento em processos

com chances de recursos. Os processos classificados como perdas prováveis foram calculados com base na decisão em segunda instância, sem chance de reversão ou em fase de execução.

17.1 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Companhia possui outras contingências nas quais, conforme opinião dos advogados, as probabilidades de perdas são remotas ou até possíveis. Contudo, há contingências que, devido ao valor das ações, podem propiciar perdas relevantes à Companhia em R\$ 317.077 mil (R\$ 289.544 mil em 31/12/2023), sendo:

Ações trabalhistas	R\$ 111.175
Ações cíveis	R\$ 205.693
Ações tributárias	R\$ 209

18 – Adiantamento para futuro aumento de capital

Trata-se de recursos aportados pela União destinados a programas de investimentos na Companhia. Parte dos valores sofre a incidência de atualização financeira com base na variação da Taxa SELIC até a sua capitalização, conforme Decreto nº 2.673/1998:

	31/03/2024	31/12/2023
Repasses ao Portus (2013 a 2016)	272.197	265.235
Repasse para investimentos	93.044	92.636
Subscrição do Estado do Rio de Janeiro	1	1
Correção Monetária Decreto 2.673/98	1.674	1.634
Totais	366.916	359.506

19 – Capital social

O capital social, no montante de R\$ 2.162.322 mil, em 31/03/2024 e em 31/12/2023 está representado por 1.076.487.907 ações:

Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total
União	538.163.976	538.163.975	1.076.327.951
Estado do Rio de Janeiro	79.979	79.977	159.956
Totais	538.243.955	538.243.952	1.076.487.907

20 – Receita operacional líquida

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/03/2024	31/03/2023
Receita com arrendamentos	236.302	138.908
Receitas tarifárias	44.937	37.187
Impostos federais	(24.690)	(14.161)
Impostos municipais	(500)	(1.978)
Receita operacional líquida	256.049	159.956

A PortosRio tem movimentação diversificada, operando todas naturezas de carga: geral, granel sólido e granel líquido. O Porto do Rio é o que opera com a maior diversidade de cargas, sendo as principais o petróleo e seus derivados, trigo, produtos siderúrgicos, sal, gusa, veículos e cargas em contêineres. O Porto possui também um terminal de navios de cruzeiros. O Porto de Itaguaí, um dos maiores da América Latina, destaca-se pela movimentação de granéis sólidos minerais, sendo o minério de ferro o produto mais movimentado, operando também com contêineres, produtos siderúrgicos e carga geral. As operações do Porto de Niterói estão vinculadas à cadeia de petróleo, entretanto, de forma exclusiva. O Porto de Angra dos Reis caracteriza-se pelas operações de apoio marítimo a plataformas e outros empreendimentos em alto-mar, conhecidas como operações *offshore*.

Houve aumento na receita com arrendamentos em decorrência da emissão de faturas visando a cobrança da movimentação mínima contratual – MMC, relativas ao não atingimento das metas estabelecidas para o exercício de 2023.

21 – Custos da operação

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/03/2024	31/03/2023
Pessoal e encargos	24.160	20.484
Manutenção	4.331	4.892
Serviços de terceiros	238	793
Depreciação e amortização	10.302	9.891
Provisões	1.795	1.660
Impostos e taxas	-	346
Totais	40.826	38.066

22 – Despesas gerais e administrativas

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/03/2024	31/03/2023
Pessoal e encargos	37.155	31.429
Manutenção	4.332	6.638
Serviços de terceiros	328	443
Legais, judiciais e contratuais	2.302	17.971

Impostos e taxas	583	764
Outras	317	355
Totais	45.017	57.600

23 – Provisões contábeis líquidas

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/03/2024	31/03/2023
PECLD	(3.139)	3.137
Provisão de Férias	(1.226)	(1.212)
Provisão para o 13º Salário	1.819	1.950
Provisão p/ FGTS do 13º Salário	113	125
Provisão para contingências	69.553	87.945
Totais	67.120	91.945

Em relação à Provisão para contingências, a variação no grupo é relativa à ajustes no provisionamento das ações trabalhistas, tributárias e cíveis, proporcionalmente, em comparação com o período findo em 31/12/2023. Maiores detalhes na nota explicativa nº 17.

24 – Resultado financeiro líquido

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/03/2024	31/03/2023
Receitas financeiras sobre créditos	8.286	5.749
Variações monetárias ativas	3.084	5.183
Juros ativos	962	657
Descontos obtidos	100	-
Outras receitas financeiras	-	1.208
Total receitas financeiras	12.432	12.797
Juros sobre encargos tributários	(10.422)	(22.270)
Despesas financeiras sobre créditos	(13.703)	(7.304)
Tarifas bancárias	(72)	(151)
Juros de mora	(89)	(18)
Multas e emolumentos diversos	(85)	-
Total despesas financeiras	(24.371)	(29.743)
Total resultado financeiro líquido	(11.939)	(16.946)

As receitas financeiras representam os juros nos recebimentos em atraso e as atualizações dos acordos e demais valores a receber, bem como variações monetárias ativas vinculado a resgate de depósitos judiciais e descontos obtidos com fornecedores.

As despesas financeiras abrangem as atualizações de passivos, as despesas bancárias e a cobrança de multa e juros de mora pela realização de pagamentos em atraso.

25 – Cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro

No período de janeiro a março de 2024, a Companhia apurou o IRPJ e a CSLL, sendo que nos meses de janeiro e março optou pelo cálculo com base no faturamento e no mês de fevereiro de 2024, o cálculo foi realizado considerando o balancete de suspensão e redução.

26 – Transações com partes relacionadas

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada em sua página eletrônica. A política estabelece regras e consolida os procedimentos a serem observados pela Companhia quando da ocorrência de transações entre partes relacionadas, assegurando a competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade nas transações.

A política se aplica a todos os colaboradores e administradores da Companhia. As definições de partes relacionadas estão contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas. Dentre as transações realizadas pela Companhia com suas partes relacionadas, destacamos as seguintes:

Transações com o Tesouro Nacional: A Companhia celebrou contrato de cessão de créditos com o Tesouro Nacional no qual transferiu à União os direitos de créditos decorrentes do contrato de arrendamento C-DEPJUR Nº 069/98, de 23/10/98, celebrado com o arrendatário Sepetiba Tecon S.A.

O contrato possui vigência até 1º de outubro de 2025 e vem sendo recolhido pela arrendatária. A parcela atual é de R\$ 4.345 mil e o saldo a vencer totaliza R\$ 82.559 mil.

Transações com a Petrobrás: A Petrobrás opera no Porto do Rio de Janeiro em terminal privativo e com contrato de arrendamento transitório.

Quando opera em área privativa, a Companhia efetua pagamento das tarifas portuárias de acesso ao canal e de fundeio. Em relação ao arrendamento, são cobradas da Companhia as parcelas referentes às partes fixa e variável, além da recuperação do custo com energia elétrica e água. No período de janeiro a março de 2024, o valor total faturado foi de R\$ 11.722 mil (R\$ 8.585 mil de janeiro a março de 2023).

Transações com Cessionários: A Companhia cede mão de obra para as entidades públicas abaixo listadas:

Advocacia-Geral da União - AGU

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ

Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT

Ministério de Portos e Aeroportos – MPA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Os cessionários transferem à Companhia, mensalmente, a título de ressarcimento, os valores relativos aos gastos com os salários e demais benefícios. O valor total do ressarcimento no período de janeiro a março de 2024 foi de R\$ 1.510 mil (R\$ 1.900 mil de janeiro a março de 2023) e valor médio mensal foi de R\$ 503 mil (R\$ 633 mil de janeiro a março de 2023).

Transações com o Município do Rio de Janeiro: A Companhia possui saldo a receber referente à indenização por desapropriação administrativa de imóveis declarados de utilidade pública, ocorrida no exercício de 2014. O saldo a receber em 31/03/2024 era de R\$ 59.055 mil (R\$ 59.055 em 31/12/2023).

Outras transações: A PortosRio mantém transações no curso de suas operações com outras entidades governamentais, tais como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, instituições financeiras com as quais opera regularmente com transações regulares de pagamentos, recebimentos e investimentos; Empresa Brasil de Comunicações – EBC, entidade responsável pelas publicações oficiais da PortosRio; e Companhia Docas do Pará – CDP e Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON, entidades que, atualmente, cedem empregados à PortosRio.

27 – Aprovação das demonstrações contábeis

A autorização, pela Diretoria Executiva, para a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu em 23 de maio de 2024.

28 – Evento subsequente

No encerramento do exercício de 2023, por meio da 2643ª reunião, de 19 de dezembro de 2023 da Diretoria Executiva, foi objeto da pauta desta referida reunião, o encontro de contas de valores devidos pelo Município do Rio de Janeiro, bem como dos valores devidos pela PortosRio. O referido encontro de contas foi aprovado pela Diretoria Executiva, e teve sua aprovação pelo Conselho de Administração, por meio da Deliberação nº 196/2023/CONSAD/CDRJ, em sua 865ª reunião, de 27 de dezembro de 2023.

A assinatura foi realizada no mês de janeiro de 2024 por meio de instrumento de autocomposição celebrado entre a Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) e o Município do Rio de Janeiro, com interveniência da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (CCPAR).

Quando do encerramento das demonstrações contábeis de 2023, este documento se encontrava pendente de homologação entre as partes. Abaixo, vide cláusula referente a homologação:

6.1. As PARTES informarão, no prazo de 48 horas após a assinatura do presente instrumento, o juízo da 24ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, acerca da celebração desta Conciliação, requerendo sua homologação, assim como a suspensão do processo de nº 5004978-28.2021.4.02.5101, até a integral execução do disposto neste instrumento.

O juízo da 24ª Vara Federal homologou o instrumento de autocomposição, com trânsito em julgado no dia 06/04/2024, contudo, ainda não contém as 4 (quatro) sentenças homologatórias, extinguindo os débitos de execução fiscal junto ao Município do Rio de Janeiro.

Por fim, os registros contábeis deste referido encontro de contas serão realizados quando conter todas as sentenças homologatórias.

FRANCISCO LEITE
MARTINS
NETO:42725780497

Assinado de forma digital por
FRANCISCO LEITE MARTINS
NETO:42725780497
Dados: 2024.06.10 15:50:09
-03'00'

FRANCISCO LEITE MARTINS NETO
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF: 427.257.804-97

gov.br Documento assinado digitalmente
RONALDO FUCCI
Data: 10/06/2024 10:26:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RONALDO FUCCI
DIRETOR
CPF: 548.329.937-04

gov.br Documento assinado digitalmente
ANTONIO CARLOS DA GLORIA SARDINHA
Data: 10/06/2024 12:35:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANTONIO CARLOS DA GLÓRIA SARDINHA
DIRETOR
CPF: 422.002.537-53

gov.br Documento assinado digitalmente
JOAO BATISTA DA ROCHA RIBEIRO
Data: 07/06/2024 15:47:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JOÃO BATISTA DA ROCHA RIBEIRO
CONTADOR – CRC/PR 055498/O-4 T
CPF: 035.876.669-97